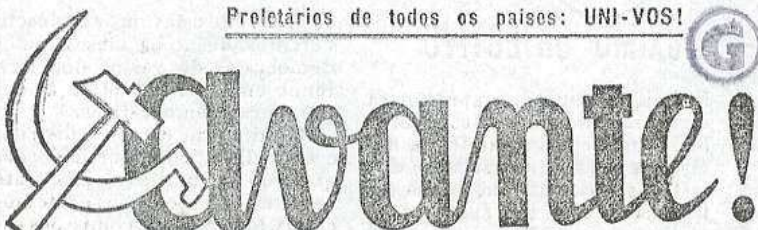


Prefetários de todos os países: UNI-VOS!



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

Revolução de Outubro

Saudação do CC do PCP ao CC do PCUS no 55º aniversário do Grande Outubro.

Lêr na pág. 8



A Pide-DGS assassinou um estudante Milhares de manifestantes gritaram nas ruas «Fora a Pide!», «Abaixo a guerra colonial!», «Abaixo o fascismo!»

O governo fascista de M. Caetano, servindo-se da PIDE-DGS, entrou a matar contra o movimento estudantil.

No passado dia 12 de Outubro, aquando da realização no ISCEF dum meeting enquadrado num dia de protesto contra a repressão e em defesa da Associação, com a escola em greve geral, a PIDE organizou uma provocação aos estudantes.

Nos acontecimentos que se seguiram ao desmascaramento de um «bufo», o pide António Santos Rocha disparou sete tiros assassinando o estudante de Direito José Ribeiro Santos e ferindo gravemente um outro.

Não se tratou de um acidente mas de um crime premeditado. Só por mero acaso outros estudantes e outros antifascistas não foram assassinados, nos últimos tempos, pelas forças repressivas.

Como se afirma no manifesto tornado público pela Comissão Executiva do C.C. do P.C.P., a 14 de Outubro:

«A PIDE-DGS entra a matar no seguimento de declarações feitas pelo chefe do governo, M. Caetano, pelos seus ministros, nomeadamente, Viana Rebelo e Rapazote, pelo chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Costa Gomes, todas elas a-

nunciando o recrudesimento do terror fascista.»

«A PIDE-DGS abre fogo sobre estudantes (...) logo assegurar à publicação do decreto pelo qual o governo procura dar cobertura à actividade arbitrária da policia política e com o qual amplia, de facto, ilimitadamente os seus poderes.»

Explode a indignação

Logo que se propaga a notícia do bárbaro assassinato os estudantes de Lisboa exprimem em acções de massas a sua profunda indignação.

No próprio dia 12 tem lugar uma reunião no Técnico. A 13 realizam-se Reuniões Gerais em Económicas (com cerca de 800 estudantes), em Letras, Técnico, Medicina (com cerca de 200, cada) que decidem greve a toda a actividade escolar (exames e aulas onde as houver). Estas greves são cumpridas com inteiro sucesso e prolongam-se por vários dias, nestas escolas e em Ciências, Agronomia e Veterinária.

Ainda a 13 realiza-se um meeting dos estudantes da Academia de Lisboa, à entrada da Faculdade de Direito, com mais de 1.000 presenças. Logo no início as forças repressivas apa-

recem com grande aparato e intervêm a policia de choque, com carrinhas e carros de água. A Faculdade encontrava-se encerrada e dentro podiam ver-se os «gorilas» armados. Os estudantes que não dispersam são espancados e cerca de 20 presos. Daqui formam-se vários grupos de centenas de estudantes que pelas ruas exprimem o seu protesto aos gritos de «Assassinos! Assassinos!» e «Abaixo a guerra colonial!» e distribuem muitos milhares de comunicados à população convocando para o funeral.

O governo fascista tentou paralisar a justa indignação dos estudantes com novas medidas repressivas. A PIDE procurou prender toda a direcção da Associação de Medicina e prendeu 4 dos seus membros e outros activistas de várias escolas; ainda em Medicina pides entraram na Associação de pistola em punho e exibindo ostensivamente as cartucheiras, provocam vários estragos e chegam a encostar uma pistola ao pescoço dum estudante; são efectuadas prolongadas buscas em casas de diversos dirigentes associativos; a AEIST é encerrada assim como o são várias instalações académicas; Medicina, Técnico e Económicas (continua na pág. 6)

O 5 DE OUTUBRO — UM PASSO EM FRENTE! RECENSEAMENTO — PRÓXIMO OBJECTIVO!

Os numerosos actos que a Oposição Democrática levou a efeito na passagem do 5 de Outubro encerram duas lições principais: a primeira, é a demonstração da possibilidade de aproveitar a comemoração de datas históricas de tradição democrática, ainda que de significado controverso, para a realização de jornadas de acção antifascistas voltadas para os problemas mais urgentes da actualidade política; a segunda, é a comprovação de que o movimento democrático tem força e apoio popular bastantes para impôr ao fascismo, nestas circunstâncias, o direito de reuniões políticas, numa escala que excede largamente o círculo dos activistas, como aconteceu no grande comício de massas realizado em Almada.

A confirmação da reanimação das estruturas democráticas em quase todos os distritos principais: a disposição de trabalhar para que a actividade democrática irrompa, em vários outros distritos; a determinação de voltar o movimento para objectivos concretos imediatos de acção; a compreensão da necessidade de reforçar a ligação às massas; a vontade de ampliar e reforçar a unidade — tais são algumas outras importantes indicações que podem colher-se das acções realizadas.

Numa situação política em que se torna mais patente o aprofundamento da crise do fascismo e o recurso por parte deste à repressão terrorista generalizada, ao mesmo tempo que se tornam mais agudos o descontentamento e a disposição combativa das massas expressos num novo surto de desenvolvimento da luta popular, as acções levadas a cabo pelo 5 de Outubro, reflectindo este clima político, influíram positivamente sobre ele e representam um passo em frente.

Um 5 de Outubro voltado para a actualidade

Acções de maior ou menor envergadura movimentaram alguns milhares de pessoas em vários pontos do país espalhados por onze distritos do continente. As informações que chegaram até agora à redacção do «Avante!» permitem-nos enumerar as seguintes: — Comícios públicos: Em Almada, com mais de um milhão de participantes, no Barreiro e em Évora, com muitas centenas de participantes qualquer deles.

— Jantares de confraternização e discussão democráticas: Em Braga, (continua na pág. 2)

Os trabalhadores da Carris PASSAM À ACCÇÃO

Os trabalhadores da Carris, de Lisboa promoveram nos dias 1, 2 e 3 de Outubro uma importante acção que indica quanto é grande a disposição de fazerem triunfar as suas justas reivindicações. Correspondendo ao apelo lançado por uma Comissão de trabalhadores da Carris para que nesses dias ninguém fizesse «dobras» (horas extraordinárias consideradas obrigatórias pelo patronato), como forma de luta e de protesto contra a obrigatoriedade das horas extraordinárias, pela obtenção de aumentos de salário e pelo pagamento do subsídio sobre o trabalho nocturno, não fizeram «dobras» 80% dos trabalhadores das estações de Cabo Ruivo e Amoreiras. Nas estações do Arco Cego e S. Amaro quase ninguém marcou «do-

bras».

Apesar das diversas manobras, coacções e ameaças feitas pelos patrões, os trabalhadores não se deixaram intimidar como se verificou na combatividade e unidade verificadas nesta acção.

Embora a acção realizada se tivesse limitado à recusa a fazer horas extraordinárias, houve carreiras que não se fizeram, e grandes atrasos. No dia 2, só na estação de Cabo Ruivo, ficaram retidos 80 autocarros, por falta de pessoal. Por esses motivos, houve bichas intermináveis, como é o caso do Campo Pequeno, onde chegou a haver uma bicha com mais de 300 passageiros. Mas os incómodos causados à população pela insuficiência dos transportes de Lisboa, recaí inteiramente sobre os patrões imperialistas da Carris e o governo de M. Caetano.

(continuação da pág. 1)

com mais de 300 democratas, no Porto, com cerca de 400, em Leiria, com cerca de 200, em Viana do Castelo, com igual número, na Figueira da Foz, com cerca de 150, em Santarém e Évora, com numerosa participação.

—Romagens: Em Lisboa, com mais de 300 pessoas, no Porto, com cerca de 200, em Évora e Sacavem.

—Reuniões de trabalho: Em Coimbra, Aveiro, Viseu e Sacavem.

Na Amadora, Queluz e Cartegosa a passagem do 5 de Outubro foi igualmente aproveitada para a realização de acções democráticas.

As contrárias do que sucedeu em anos anteriores estes actos foram marcados pela preocupação de superar o passadismo e o republicanismo à moda antiga. O que realmente esteve em foco foram as questões mais candentes da actualidade política.

A crítica da política do fascismo e a reclamação dos direitos de reunião e associação; a análise da situação das massas trabalhadoras e a reclamação da liberdade sindical; o exame dos problemas da agricultura e a reclamação da reforma agrária; a abordagem dos problemas da juventude e dos estudantes e a reclamação do direito de voto aos 18 anos; a denúncia da repressão fascista e a reclamação da amnistia; o combate à guerra colonial e a exigência do seu termo; o estudo da situação da mulher portuguesa e a necessidade de apoiar as suas reivindicações; a crescente penetração do imperialismo; a corrupção das altas esferas governantes; os problemas da emigração—eis os temas centrais das múltiplas intervenções feitas no conjunto dos actos comemorativos do 5 de Outubro.

Em alguns deles, casos, por exemplo, das sessões de Almada,

RECENSEAMENTO — PRÓXIMO OBJECTIVO

Barreiro e Évora, da romagem de Lisboa, dos jantares de Braga, Porto e Leiria, foram analisadas questões práticas de orientação e de organização do movimento democrático com particular destaque para a defesa do aproveitamento das próximas eleições fascistas para a A.N., do recenseamento concebido como uma campanha de massas, de uma atitude combativa face aos colaboracionistas da SEDES e outros oportunistas.

Não basta apelar à unidade

Os apelos à unidade constituíram uma das notas dominantes em vários actos comemorativos do 5 de Outubro e tiveram particular saliência na romagem dos democratas de Lisboa ao cemitério do Alto de St. João. Aqui um dos oradores procurou fundamentar o seu apelo nas jornadas de 1910, afirmando: «a República implantou-se em Portugal porque houve unidade entre os republicanos.»

A compreensão da necessidade da unidade que estes apelos reflectem é um facto positivo que sublinhamos, mas ao fazê-lo acrescentamos que não basta apelar para a unidade; é preciso determinar para percorrer o caminho que conduz a ela. Neste caminho são benéficas com certeza as evocações dos bons exemplos do passado, mas não avançaremos um milímetro se não nos dispusermos a avaliar correcta e concretamente as realidades presentes da oposição democrática.

Partindo destas realidades o nosso Partido tem defendido a unidade sem desorientações nas estruturas legais e semi-legais do movimento democrático e tem

insistido simultaneamente para que essa unidade se desenvolva em torno de uma plataforma mínima de acção antifascista e dos métodos e características que estiveram na base dos sucessos do movimento das CDEs e que estas continuam a aplicar.

Como complemento indispensável das formas de cooperação legal e semi-legal, assim estabelecidas, numa base unitária sem explicitação dos sectores políticos dos participantes, o nosso Partido tem, também, preconizado insistentemente que se estabeleçam, no terreno clandestino, formas de cooperação regular e responsável entre os vários sectores políticos numa base bilateral e multilateral.

A questão da unidade antifascista não é, pois, bem colocada se nos remetermos à posição de fazer de tempos a tempos abstractos apelos à unidade.

Má estruturas unitárias abertas a todos os democratas que estão já a realizar um trabalho regular nos domínios da informação, da propaganda, da organização e que lançam iniciativas políticas de que constituem exemplo a grande maioria dos actos comemorativos do 5 de Outubro.

Há propostas concretas avançadas por sectores políticos, nomeadamente as do nosso Partido, a que aludimos atrás.

São estas realidades que têm que ser obrigatoriamente consideradas por todos aqueles que estão realmente determinados a caminhar no sentido da unidade.

O recenseamento — uma campanha de massas

O que se realizou neste 5 de Outubro foi já o resultado dos

esforços que estavam a ser desenvolvidos, desde há meses, pelos democratas de vários distritos, tendo em vista a reactivação das estruturas democráticas.

Reuniões de carácter distrital e concelhio, com participações que vão de muitas dezenas até cerca de duas centenas de democratas, formação de comissões específicas e de coordenação, medidas, tendentes à estruturação de uma base popular, encontros de distritos de uma mesma região, um encontro com carácter nacional, publicação de documentos—são alguns dos aspectos do trabalho que precedeu o 5 de Outubro. Informações mais recentes permitem concluir que as acções levadas a cabo nesta data constituíram um bom estímulo para a intensificação da actividade.

O não aproveitamento do 5 de Outubro pelos democratas de alguns distritos, que realizam todavia um interessante trabalho noutras direcções, caso dos democratas da CDE de Lisboa, por exemplo, mostra que subsistem dificuldades de natureza sectorial quanto ao aproveitamento das possibilidades legais de reunião, propaganda e acção política, indica que persistem tendências que exprimem falta de confiança na força do movimento e nas massas populares.

São tendências da mesma natureza que entravam a discussão e a preparação da batalha do recenseamento, procuram arrastar o movimento para discussões teorizantes e influenciam no sentido do desinteresse pelas tarefas práticas imediatas.

As tendências de carácter sectorial ou aventureirista, bem como as tendências de carácter eleitoralista ou oportunista de direita, podem deixar por terra os progressos realizados.

Para barrar o caminho à influência negativa destas tendências é de enorme importância a definição por parte do movimento democrático de uma orientação clara para a actividade imediata.

O aproveitamento das eleições fascistas de 1973 para a realização de uma campanha política de massas, para a intensificação da luta pela liberdade, para o reforço das formas legais e semi-legais da organização democrática unitária, para a intensificação da luta popular em todos os sectores em que se desenvolve;

A BATALHA DO RECENSEAMENTO COMO OBJECTIVO MAIS PRÓXIMO, concebida como uma campanha de massas que deve começar a ser preparada e organizada em todos os distritos independentemente do que se venha a resolver noutros aspectos de acção política em volta das eleições;

AMANUTENÇÃO FIRMADOS OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO (fim do fascismo, conquista das liberdades e fim das guerras coloniais) e a nitida recusa a entendimentos com «liberalizantes» da SEDES e outros;

A necessidade de, no terreno eleitoral, ALARGAR A UNIDADE A TODOS, SEM EXCEÇÃO, QUE ESTEJA DE ACORDO COM ESTA LINHA GERAL E DISPOSTOS A APLICAR-LA NA PRÁTICA;

— tais são quanto a nós as principais questões que importa considerar na definição da orientação para a actividade imediata. O esquema que apresentamos constitui a nossa contribuição para essa definição.

Solidariedade do povo italiano

A luta do povo português é cada vez mais conhecida na Itália. Representantes do movimento antifascista português participaram nos últimos meses em numerosas conferências e reuniões de solidariedade de nossa luta em diversas cidades italianas (MILÃO, TURIM, ALESSANDRIA, VARESE, BERGAMO, etc.), onde tiveram oportunidade de expor a muitos milhares de italianos os aspectos mais salientes da situação política portuguesa e de divulgar a luta antifascista e anticolonialista da classe operária, dos jovens, dos democratas portugueses.

Na cidade de NOVI LIGURE, um representante do Movimento antifascista português fez uma conferência sobre os «45 anos de luta clandestina do PCP». Em 21 e 22 de Julho, um jovem democrata português participou, como único orador, em dois comícios contra o fascismo e o colonialismo português, em LEGNANO e em ARCORE. Em 24 de Julho, houve uma conferência-debate sobre a luta do povo português em MONSUMMANO, perto de Florença.

Particular interesse assumiu a presença de uma delegação de antifascistas portugueses, na provincia italiana de FERRARA, durante mais de uma semana, onde foram hóspedes da Federação Provincial do Partido Comunista Italiano, de organizações democráticas, de administrações municipais e de cooperativas. Nas localidades de ARGENTA e FILO, a delegação portuguesa teve vários encontros com dirigentes democráticos e de Cooperativas (de construções, de pedreiros e assalariados rurais). An-

da em ARGENTA, no dia 2 de Agosto, realizou-se um comício de solidariedade à luta do povo português contra o fascismo, onde usou da palavra um democrata português, o Presidente do Município, antigos combatentes da Resistência, representantes dos Partidos Comunistas e Socialistas, das Cooperativas e muitos democratas.

No dia 3 de Agosto, na cidade de FERRARA, no âmbito da «Festa do Unitá» (Órgão do PCI), realizou-se um grande comício antifascista de solidariedade à luta do povo português e espanhol.

No dia 4-8, realizou-se em COPPARO uma Sessão onde falou um representante português e representantes dos Partidos Socialista, Comunista, da Democracia Cristã, Social Democrático e das três centrais sindicais italianas (CGIL, CISL, UIL). Momento particularmente emocionante foi a entrega pelo Presidente do Município ao representante português, de uma placa comemorativa da sessão com uma medalha de ouro do Município de COPPARO, com a seguinte frase gravada: «Na unidade antifascista com o Povo Português — Município de Copparo — 4 de Agosto de 1972».

Também se realizaram sessões e comícios de solidariedade, nas localidades de BERRA, BONDENO e PILLASTRI.

O enorme calor, o entusiasmo mesmo, que rodeou os antifascistas portugueses em todas as ocasiões, demonstram claramente o crescente interesse que desperta na Itália a luta do povo português contra o fascismo e o colonialismo. O povo português não está só.

Solidariedade da cidade italiana de FERRARA

Os democratas da cidade de FERRARA enviaram em 7 de Agosto, a M. Caetano, o seguinte documento, subscrito por 675 pessoas:

«As notícias que continuamente chegam de Portugal demonstram de maneira inequívoca que o regime aí instaurado no já longínquo 1926, apresenta sempre as suas características antidemocráticas, e que a repressão continua a ser a arma utilizada pelo regime em resposta às legítimas aspirações de democracia e liberdade do Povo Português.

«A imprensa democrática italiana informa regularmente que dezenas de patriotas continuam ainda hoje presos nos cárceres do regime, onde cumprem longas penas, enquanto novas prisões se verificam ininterruptamente, como em 1971, são aplicadas ferozes torturas—como recentemente ao patriota A. Gerásio e ao jovem J. P. Soares,—e duríssimas condenações a penas de detenção.

«Diante de tal situação, os abaixo-assinados, democratas italianos de Ferrara,

— PROTESTAM vigorosamente contra a continuação de uma situação antidemocrática e repressiva em Portugal;

— PEDEM a libertação de todos os presos políticos, e em particular de José Magro, Dias Lourenço, Hilário Esteves, Rogério de Carvalho e Ursula Machado, que, em consequência dos longos períodos passados na cadeia, versam em grave estado de saúde.»

LUTAS POR AUMENTOS DE SALÁRIOS Reivindicação de todos os trabalhadores

Os trabalhadores da ADPL (porto de Leixões), que já em Setembro recorreram a uma paralização de três horas, reivindicando aumento de salários, fizeram duas novas paralizações. Com o mesmo objectivo, **os estivadores** estão dispostos a não trabalhar para além das 17 horas se não virem satisfeitas as suas reivindicações.

Numa tentativa de intimidar os trabalhadores e barrar o caminho a novas acções, a Pide prendeu um trabalhador e interrogou muitos outros. Num documento assinado por um grupo de trabalhadores da ADPL, desmascara-se essa acção repressiva e sediciosa que «só com o esforço de todos—incluindo os guindasteiros, motoristas e marítimos—é que conseguiremos ver satisfeitas as nossas justas reivindicações».

Na **Têxtil Artificial do Porto**, os operários metalúrgicos paralisaram o trabalho durante 10 minutos, para exigirem o pagamento do 7º dia (regalia do novo CCT dos metalúrgicos). Ante a promessa do encarregado geral de que iria resolver o caso e que passariam a receber o 7º dia, os operários retomaram o trabalho.

Na **Abelheira**, no prosseguimento da luta que os trabalhadores desta empresa vêm travando, cerca de 80 operários e operárias fizeram nova concentração, em Setembro, reivindicando aumento de salários. Nesse mesmo dia, foi afixada ao portão uma circular que dizia não ser possível o aumento e que aguardassem o CCT. Mas os trabalhadores não estão dispostos a seguir o «conselho» de esperar e, na parte da tarde, os operários da secção de escolha rasgaram as folhas de controle e baixaram a produção, o que foi seguido por muitos outros trabalhadores, que se recu-

saram também a fazer horas extraordinárias ou a trabalhar aos domingos enquanto não houver aumentos.

Em consequência da baixa de produção, a tonelagem de papel produzido baixou de 30 para 13 toneladas e mantém-se a recusa dos trabalhadores em trabalharem aos domingos.

Lutemos contra os despedimentos

As consequências da criminoso guerra colonial e da submissão aos monopólios e imperialistas estrangeiros, não se fazem sentir apenas no constante aumento do custo de vida e nos baixos salários. Também no campo do desemprego se faz sentir a grave situação económica do país e o desprezo do Governo e dos monopólios por todos os que têm que vender a sua força de trabalho.

A **fábrica de papel de Oeiras** encerrou as suas portas, lançando no desemprego uma centena de trabalhadores, alguns deles com 30 e 40 anos de trabalho na fábrica, facto que levou os trabalhadores a concentrarem-se na fábrica e nos armazéns, exigindo o pagamento de justas indemnizações.

A **companhia de Pólvoras e Munições de Barcarena** despediu 20 trabalhadores com a alegação de que se recusavam a trabalhar horas extraordinárias, mas o que está em causa é a idade avançada de alguns deles e a empresa deseja despedi-los sem qualquer indemnização, motivo porque os trabalhadores, com o apoio do seu sindicato, moveram uma acção contra a empresa.

A **firma Braz e Braz** despediu 26 trabalhadores. Mais de 100 trabalhadores da **Companhia Nacional de Navegação** estão ameaçados de despedimento. Na indústria de **Artes Gráficas**, nos **delegados de propaganda médica** e em variadas indústrias e empresas, sucedem-se os despedimentos.

De acordo com os números oficiais fornecidos pelo «Fundo Desenvolvimento da Mão-de-obra», (números que estão muito aquém da realidade), nos meses de Novembro e Dezembro de 1974, foram despedidos de várias empresas mais de 2.200 operários. No distrito do Porto, foram despedidos mais de 700 trabalhadores; no de Leiria, (na indústria de Têxteis) foram despedidos 616 homens e 166 mulheres; no de Lisboa, mais de 270.

Em grande número de casos, os despedimentos incidiram sobre operários idosos, como é o caso da indústria têxtil do Porto, onde foram lançados no desemprego 23 homens e 26 mulheres com mais de 30 anos de idade e 10 homens com mais de 60. Isto significa que o patronato, com a cobiça e o apoio do Governo, não hesita em despedir operários com anos e anos de trabalho, e

No **Sindicato dos Motoristas de Lisboa**, a Comissão Administrativa, sabendo que não tem qualquer apoio, impediu a lista B (que tinha o apoio da classe) de concorrer às eleições. A Comissão Administrativa interferiu nas funções da Comissão de Elegibilidade e nem sequer se deu ao trabalho de fundamentar as «razões» por que a lista B era recusada. O objectivo destes era impedir que a classe pudesse a-

poiar uma lista da sua confiança. Como protesto contra a burla eleitoral, corre um abaixo-assinado, e os componentes da lista B meteram em tribunal um processo de impugnação.

Os trabalhadores bancários de todo o país, prosseguem na sua luta pela actualização dos salários, pela revisão do CCT e por um justo estatuto para a Caixa de Previdência. Realizaram-se em Setembro e Outubro, amplas assembleias nos sindicatos de Lisboa, Porto e Coimbra, nas quais participaram milhares de associados. O Grémio dos banqueiros não somente se recusa a satisfazer as justas reivindicações dos trabalhadores, como ainda pretende abaixar o nível dos salários e destruir direitos que a classe já conquistou através de anteriores lutas. A isso juntam-se ainda manobras dilatórias que visam retardar as negociações e a rápida solução das reivindicações apresentadas.

Os trabalhadores da Indústria Gráfica continuam a lutar para esborrachar a Comissão Administrativa e eleger uma Direcção Sindical da sua confiança. Os rafeiros da Com. Administrativa proibem os sócios de reunirem no Sindicato e continuam a retardar a convocação das eleições. Anteriormente, 750 sócios do Sindicato subscreveram uma exposição dirigida ao Ministério das Corporações onde reivindicam uma Assembleia para eleger uma comissão que se encarregue de proceder a eleições.

Os trabalhadores da indústria de borracha, de Lisboa, subscreveram um documento com mais de 1.000 assinaturas (cerca de 70% do pessoal da indústria de Lisboa) onde protestam contra o acordo assinado pelo Grémio e a Direcção local do Sindicato do Porto, acordo que tem a oposição dos sindicatos de Lisboa e Setúbal, por representar uma trapaça vergonhosa contra os interesses dos trabalhadores de toda a indústria de borracha.

As intoxicações

Mais de uma centena de trabalhadores da CUF, no Barreiro, foram vítimas de gases provenientes de uma das fábricas. Em duas sucessivas, dezenas de operários e operárias tiveram dores de cabeça e falta de ar, pelo que tiveram de recorrer aos Serviços Clínicos, e alguns tiveram mesmo que ser internados no hospital.

A situação tornou-se de tal modo grave, que muitos operários do Barreiro já se deslocam nas ruas da vila com um lenço na boca, na ilusão de que dessa forma impedirão os efeitos dos gases. Os moradores de casas próximas das fábricas, quando se apercebem da «nuvem» de gases tóxicos, veem-se forçados a encerrar-se em casa.

Algumas operárias da fábrica de matas Jorge Dias Rolo, também ficaram intoxicadas, julga-se que devido a emanações de gás das refinarias de Cabo Ruivo.

Identicos incómodos têm sentido os trabalhadores de fábricas de outras regiões, bem como as pessoas que habitam próximo de indústrias químicas.

Esta situação provoca, como é evidente, graves transtornos e prejuízos sérios para a saúde das populações residentes nessas zonas. O que já se passa não é o resultado inevitável do progresso industrial, mas sim a consequência do desprezo dos grandes monopolistas pela saúde e interesses dos operários e das populações.

António Gervásio ante o Tribunal

Preso pela terceira vez em 31 de Junho de 1974, tendo-se negado a fazer qualquer declaração apesar de ferozmente torturado, o camarada António Gervásio, operário rural, membro do CC do PCP, foi julgado e condenado em 22 de Fevereiro de 1972, a 11 anos e 8 meses de prisão, mais as celebradas «medidas de segurança».

Dando exemplo de coragem e firmeza revolucionária, António Gervásio defrontou altivamente o Tribunal. Acusado, tornou-se implacável acusador do regime fascista. Não foi a sua defesa pessoal que procurou, mas a defesa da classe operária, das massas populares, do seu Partido. A próxima publicação desse magnífico documento será valiosa contribuição para o reforço da combatividade de todos os comunistas, para o reforço da confiança do povo português na vitória final.

Comentários às Contas Públicas de 1971

RESISTÊNCIA

Finalmente o Governo publicou as «Contas públicas» relativas ao ano de 1971. Duas conclusões essenciais se podem tirar deste documento: Primeira—o Governo prosseguiu a sua política de defesa exclusiva dos interesses dos monopolistas portugueses e estrangeiros, a sua política colonialista, a sua política anti-operária, anti-camponesa, anti-popular. Segunda—o prosseguimento de tal política não só não permitiu abordar a solução de qualquer dos grandes problemas económicos nacionais como os agravou a todos.

As despesas com as guerras coloniais foram as mais altas de sempre; diminuiu o ritmo de crescimento da produção nacional; diminuiu em absoluto a produção agrícola; o défice da balança do comércio externo atingiu um novo recorde; a inflação e consequente subida dos preços atingiu um nível nunca visto depois da 2ª Guerra Mundial; aumentou a miséria da classe operária, piorou a situação dos camponeses, dos funcionários públicos, dos empregados, é, em geral, de todas as camadas não monopolistas; a emigração continuou a despovoar dramaticamente o país; a saúde pública e o ensino atingiram o caos que se conhece.

Neste comentário, necessariamente breve, ao longo relatório das Contas Públicas (C.P.) de 1971 abordaremos apenas alguns destes problemas.

As guerras coloniais são um cancro que corroi a Nação

Naturalmente que, com ou sem guerras coloniais, a política económica do governo fascista, pela sua natureza de política de classe monopolista, nunca poderia resolver os problemas das massas populares. Porém, para um país atrasado como Portugal, a manutenção de guerras coloniais implica uma tal exploração dos trabalhadores e uma tal absorção de recursos que inevitavelmente conduzem ao agravamento de todos os problemas nacionais.

Em 1971, segundo o relatório das (C.P.), as despesas militares aumentaram uma vez mais, substancialmente.

Confirmaram-se, assim, as previsões do «Avante!» (n.º 436) que ao analisar as despesas militares no primeiro semestre de 1971, escreveria: «é de prever que venham a atingir a monstruosa soma de cerca de 15 milhões de conto!». De facto, estas despesas aumentaram, em 1971, 1 milhão e 597 mil contos atingindo os 15 milhões e 312 mil contos em vez dos 11 milhões e 535 mil contos «previstos» pelo Governo. Não foi, portanto, o «Avante!» quem exagerou com uma previsão «pessimista». Foi, sim, o Governo quem pretendeu ludibriar as massas populares criando a ilusão de que as guerras coloniais iriam diminuir de intensidade.

Para se ter uma ideia do que representa como delapidação dos recursos nacionais estes 15 milhões e 312 mil contos, basta dizer-se que as despesas militares absorveram mais de 45% (!) do

total das «receitas efectivas» do Estado. E para se ver quanto as guerras coloniais têm representado um travão a todo o desenvolvimento económico bastará observar que, desde 1961, o Governo gastou confiadamente (na realidade muito mais) com despesas militares a astronómica verba de 192 milhões e 977 mil contos enquanto que em investimentos com fim económico gastou 35 milhões e 194 mil contos. É, pois, evidente, que na ausência das criminosas guerras coloniais o investimento económico por parte do Estado poderia ter sido muitíssimo maior.

Diminuiu a taxa de crescimento económico.

Como consequência de toda esta política do Governo e como mais uma expressão da falência da política marcelista, em 1971 voltou a diminuir a taxa de crescimento da produção nacional. Efectivamente, segundo resulta dos números publicados nas C.P. de 1971, o Produto Nacional Bruto a preços de mercado, que em 1970 teria aumentado (da que duvidamos) 8,5%, apenas aumentou 4,8% em 1971.

Quando a produção agrícola, ela terá diminuído (a preços constantes de 1963) de 15.971 mil contos em 1970 para 15.125 mil contos em 1971. Isto é, mesmo segundo estes números, se a situação da agricultura já era péssima em 1970, ficou ainda pior em 1971. Mas, na realidade, o agravamento da situação na agricultura foi bem maior do que o que estes números pretendem fazer crer. Basta lembrar que, segundo o mesmo relatório das C.P., a produção do milho baixou, em 1971, relativamente a 1970, 9%; a do arroz 16%; a do feijão 4%; a da batata 6%; a do vinho 27%; a do azeite 47%. (apesar de ser ano de safra); a do tomate 28%; e da laranja 6%; etc.. Praticamente só o trigo, devido a excepcionais condições meteorológicas, aumentou significativamente.

Bem expressivo da incapacidade da economia portuguesa se desenvolver em ritmo adequado às necessidades de consumo da população e do investimento são os crescentes e monstruosos déficits da balança comercial portuguesa resultantes de um recurso cada vez maior às importações. Em 1971 este défice atingiu, segundo as C.P., um novo recorde: 22 milhões e 168 mil contos.

Vertiginoso aumento do custo de vida em 1971

Em consequência do pequeníssimo aumento da produção nacional o que já ajudamos e do desmesurado aumento dos meios de pagamento postos a circular pelo Governo e pelos bancos (para estes auferirem fabulosos lucros) a inflação (que resulta dos meios de pagamento aumentarem muito mais rapidamente do que a produção) atingiu proporções nunca vistas depois da 2ª Guerra Mundial e traduziu-se num brutal agravamento dos preços, aliás agravados também por outros aspectos da política monopolista. Assim, segundo as C.P. de 1971, ENQUANTO A PRODUÇÃO NACIONAL AUMENTOU APENAS (se e que aumentou) 4,8%, OS MEIOS DE PAGAMENTO PASSARAM DE 172.262 MILHARES DE CONTOS PARA 203.470 MILHARES DE CONTOS, ISTO É AUMENTARAM 18,1%. Em consequência desta política inflacionista do Governo e dos monopólios, os preços no consumidor aumentaram, segundo os índices publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (que ficam sempre muito aquém da realidade) entre Dezembro de 1970 e Dezembro de 1971, 15,4% em Lisboa; 15,2% no Porto; 14,4% em Coimbra; 15,4% em Évora; 12,3% em Viseu e 20% em Faro (únicas cidades para as quais são publicados tais índices).

Como se sabe, os impostos indirectos (como, por exemplo, o imposto de transacção), que servem ao Governo para financiar as suas guerras coloniais, são uma fonte de agravamento imediato dos preços. Ora, o que se passou em 1971 com estes impostos e com a contribuição industrial que em princípio recai sobre os lucros dos monopolistas, é bem elucidativo da política marcelista. Efectivamente, enquanto os impostos indirectos aumentaram, em 1971, 1 milhão 357 mil contos atingindo 13 milhões 747 mil contos, a contribuição industrial diminuiu 445 mil contos (!) ficando apenas em 2.341 milhares de contos.

Em 1971 aumentou a miséria dos trabalhadores

É sabido que o Instituto Nacional de Estatística publica índices da subida dos preços e dos salários calculados por métodos tais que a subida dos preços aparece sempre muito diminuída em relação à realidade enquanto a subida dos salários aparece sempre muito exagerada em relação ao que de facto se passa. Apesar disto, vimos já que, segundo o Instituto Nacional de Estatística, os preços aumentaram, de Dezembro de 1970 a Dezembro de 1971, 15,4% em Lisboa e 15,2% no Porto. Ora, segundo a mesma fonte, e também de Dezembro de 1970 a Dezembro de 1971, os salários na indústria e nos transportes aumentaram 10,5% em Lisboa e 13,8% no Porto. Isto é, segundo a própria e única fonte oficial, aumentou a miséria relativa e absoluta dos operários de Lisboa e do Porto, sem dúvida dos que mais têm lutado por aumento de salários. Fácil é de calcular o que se passou no resto do país para o qual se não publicam índices de salários. Mais fácil é ainda saber o que se passa com os funcionários públicos cujos ordenados não aumentaram depois de Janeiro de 1970. Os empregados bancários têm sabido denunciar esta situação. Mas o que se passa com a generalidade dos outros empregados das empresas privadas é em tudo semelhante.

A conclusão que se pode tirar é a de que a política inflacionista do Governo e dos monopólios está a empobrecer todas as camadas sociais não monopolistas, a arruinar os camponeses e a tirar os trabalhadores, em particular os operários, para uma miséria ainda mais negra.

Intensifiquemos a luta contra o Governo e o patronato

Esta situação, que tudo indica continuará a agravar-se, exige de todos os trabalhadores e em particular da classe operária, a intensificação da luta política contra o governo fascista, da luta contra as guerras coloniais, das lutas nas empresas e nos sindicatos por melhores salários e outras justas reivindicações.

● **Coimbra.** No mês de Julho, 200 soldados do Regimento dos Serviços de Saúde (R.S.S.) fizeram um levantamento de rancho como protesto contra o castigo que arbitrariamente lhes fora aplicado por um furriel. Este, a pretexto de barulho e indisciplina, ameaçou os soldados (tirou-lhes o número) e obrigou-os a ficar mais meia hora na formatura para o almoço, à torreira do sol. Imediatamente correu entre os soldados a palavra de ordem «ninguém come!» No refeitório não se sentaram e protestaram contra o «castigo injusto», o «tratamento de animais» e a comida fria. A unidade e a firmeza dos soldados foi tão forte que os oficiais se viram forçados a dar-lhes razão e a mandarem aquecer a comida. Também as formaturas para o almoço deixaram de ser feitas ao sol e passaram a ter lugar nos claustros.

● **Mafra.** O juramento dos cadetes do 1º ciclo (a 28 de Setembro, passado) foi uma nova afirmação de oposição ao fascismo e à guerra colonial.

O juramento teve um começo altivamente hesitante e notavelmente perfeitamente que eram poucas as vozes e baixo o tom geral.

Na véspera tinha sido feita agitação revolucionária dirigida aos cadetes do 1º ciclo. Por isso mesmo, os comandos não se atreveram a fazer o ensaio geral como é da praxe. Em vez disso tomaram medidas para reforçar a vigilância em todo o quartel e prepararam-se para um novo fiasco.

O 2º comandante refletiu este estado de espírito dos comandos da unidade quando, ao ler a fórmula que os cadetes deviam repetir, se dirigiu, não a todos os cadetes da formatura, mas apenas aos «cadetes que vão jurar».

Antes do juramento era já nítido o clima de resistência e de luta reinante entre os cadetes, o qual tomara expressão num abaixo-assinado pedindo o afastamento de um capitão (Rodrigues) e na generalização das reuniões colectivas aos exercícios mais violentos.

● **Alfeite.** Os cadetes da Reserva Naval (milicianos da marinha) do curso de Agosto de 1971, não repetiram a fórmula de juramento que era lida por um oficial superior na sessão de ensaio. Foram ameaçados de que se não o fizessem no dia oficial, seriam obrigados a fazê-lo individualmente perante o Ministro da Marinha. Apesar desta intimidação apenas 5 cadetes juraram.

No curso seguinte (Fevereiro de 1972), para prevenir o fiasco, os cadetes da Reserva Naval foram postos a jurar juntamente com os cadetes do quadro, até porque na sessão de ensaio também não tinham repetido o juramento. No dia oficial perante o ministro da Marinha, formaram conjuntamente cerca de 80 cadetes da Reserva Naval e cerca de 50 do quadro. Apesar disto, dos primeiros apenas 2 ou 3 juraram.

Ante tão geral e determinada oposição ao juramento os comandos da Marinha resolveram por em prática outras medidas. Assim o curso



NOS QUARTÉIS

de Agosto de 1972 jurou logo de entrada (sem farda nem nada) e os cadetes foram coagidos a assinar, um por um, perante o Ministro e os comandos uma fórmula escrita de juramento.

No documento «Tarefas fundamentais da situação política actual», de Maio de 1972, o C.C. do nosso Partido afirma:

«A organização e actividade nas forças armadas é uma tarefa de primeiro plano na luta contra a ditadura fascista, uma vez, que, na previsão de uma luta revolucionária aguda, é indispensável contar-se com uma parte considerável dos militares e estar-se em condições de neutralizar outra parte.»

Referindo-se a tarefas imediatas, salienta-se no mesmo documento:

«A par de formas primárias de organização para animarem algumas destas acções (acções de resistência nos quartéis), impõe-se o reforço da organização clandestina rigorosamente secreta, uma maior agitação e o desenvolvimento da acção abertamente revolucionária.»

As manifestações de descontentamento nas forças armadas de que damos mais alguns exemplos mostram que as condições concretas favorecem e reclamam que se levem à prática estas direcções de trabalho.

RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Transmite diariamente em 3 períodos de emissão. Das 8 às 8,30 em 19, 20, 20,8 e 25 metros. Das 24, 20 às 24,50 em 25, 26, 32 e 36 metros. Das 19 às 21 em 19 e 25 metros.

Aos domingos, transmite também das 13 às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

Guerras coloniais

CRESCENTES DIFICULDADES MILITARES. NOVOS REVESES DIPLOMÁTICOS

O agravamento das dificuldades no teatro das guerras coloniais e sérios reveses no campo diplomático—tais são dois dos traços mais característicos do conjunto da complexa situação com que se está a defrontar a política colonial da ditadura fascista.

Êxito dos patriotas angolanos

Em Angola a substituição de Rebocho Vaz, para lá do sujo escândalo em que estava envolvido, não é alheia à situação militar nesta colónia. Os colonialistas não conseguiram paralisar a ofensiva dos patriotas do MPLA na Frente Leste, que bem no coração de Angola derrubaram a barreira estratégica de defesa da rica região dos altos planaltos. Aqui o exército português concentrara um enorme dispositivo para parar a progressão dos guerrilheiros—tropas, forças especiais de intervenção rápida, comandos, «aldeamentos» e até auxílio directo de tropas sul-africanas (o MPLA denunciou a existência de uma base de helicópteros em Cuito-Canavale).

A importante ofensiva na frente Leste e na frente Norte ainda em curso, permitiu ao MPLA estabelecer a frente mais avançada no centro do país, sobre a linha de demarcação dos distritos de Luanda, Malange e Bié.

Esta ofensiva fez também com que os fascistas não conseguissem lançar qualquer operação na es-

tação seca e tem provocado pesadas baixas ao exército português que confessava em Angola 22 mortos em combate em Junho (número do Estado Maior do Exército que os jornais não publicaram) e 23 em Agosto.

Paralelamente à luta armada o MPLA intensificou a acção nos centros urbanos, através de «Grupos de acção» que vêm realizando sabotagens a depósitos de armas e a viaturas militares, distribuição de milhares de manifestos, etc.. O governo fascista respondeu já desencadeando uma erminosa vaga de terrorismo contra a população de Luanda, Lobito e Benguela: a PIDE efectuou centenas de prisões de trabalhadores, jovens, estudantes e de um dirigente do MPLA; sucedem-se os assassinatos nas ruas e nos musseques; fomenta-se o ódio e o racismo; instaura-se, mesmo nos centros urbanos, um clima de terror.

Em Moçambique e na Guiné

Em Moçambique a ofensiva da FRELIMO prossegue lançando em pânico os fascistas portugueses e também os seus aliados racistas da África do Sul e da Rodésia. As sucessivas viagens de Smith a Lisboa e de Vorster a Salisbúria que tiveram como tema central a situação militar em Moçambique são reveladoras.

Os racistas da Rodésia e da África do Sul temem pelas suas vias vitais de abastecimento, te-

mem que a barragem de Cabora Bassa mesmo que acabe por ser construída, não possa entrar em funcionamento pois os postos de alta tensão ao longo de centenas de quilómetros, seriam em sua opinião alvo extremamente vulnerável para os patriotas da FRELIMO.

Na Guiné a grave situação em que se encontram os colonialistas está bem patente nas palavras de Amilear Cabral quando declara na ONU que mais de dois terços do seu país estão hoje libertados e anuncia a realização em breve de eleições para a primeira Assembleia Nacional Popular.

PAIGC, MPLA e FRELIMO na ONU

A entrada para a ONU a título de observadores dos movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde, Angola e Moçambique, significa o começo do seu reconhecimento internacional como verdadeiros representantes dos seus povos e constitui uma séria derrota para o Governo de M. Caetano que tudo fez para impedir. Rui Patrício foi à ONU discursar (entre vaias) e seu irmão António desfez-se em protestos e ameaças. Ameaçou que Portugal deixava de assistir às reuniões da Comissão de Curadorias (a que já não assiste há muito) e ameaçou que «Portugal pode vir a modificar a sua atitude quanto à sua participação no orçamento da ONU»!!

Nada conseguiram porém. Amilear Cabral, Secretário geral do PAIGC e Marcelino Santos, vice-presidente da FRELIMO usaram já oficialmente da palavra perante a 4ª Comissão da ONU.

Neste contexto internacional o governo de M. Caetano desencadeia uma das suas provocações atacando a República do Senegal e envolvendo mais uma vez o país em perigosas aventuras. O cínico «pedido de desculpa» e o anúncio de perturbações mentais dum comandante que iria ser julgado em conselho de guerra (mesmo com as perturbações mentais?!), não poupou ao governo português mais uma severa condenação internacional.

Perante as crescentes dificuldades no campo de batalha e o progressivo isolamento internacional, o governo fascista impõe ao povo português novos e pesados sacrifícios, envolve o país em perigosas aventuras e cobre de vergonha o nome de Portugal aos olhos do mundo.

O insistente boato de que os fascistas tentariam aumentar o período de serviço militar obrigatório nas colónias para 4 anos, constitui um sério indicio de que o governo está disposto a impôr maiores sacrifícios ao povo e à juventude portuguesa se a esta ou a outras tentativas semelhantes não se opuser uma tenaz resistência.

Um combatente africano torturado e assassinado pelas tropas colonialistas.



Uma conferência de solidariedade com o Iraque

Realizou-se em 17 e 18 de Agosto, em Bagdad, uma Conferência Internacional de Solidariedade com o Povo do Iraque na Nacionalização do Petróleo.

Esta nacionalização constitui uma grande derrota dos manejos da Iraque Petroleum Company, que ainda recentemente (juntamente com as suas filiais Mosul Petroleum e Basrah Petroleum) era dona dessa grande riqueza

do país.

Estas grandes companhias procuram agora impedir a compra do petróleo iraquiano, principal fonte de abastecimento também de Portugal.

A Conferência convocada conjuntamente pelo Conselho Mundial da Paz, a Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos e o Conselho Nacional para a Paz e a Solidariedade no Iraque,

aprovou uma Declaração Política e um Programa de Acção, dando particular realce ao direito dos povos às suas riquezas nacionais.

A esta Conferência assistiram delegados de 45 países, representando cem organizações nacionais e doze internacionais. Entre eles encontrava-se um representante do Comité da Paz Português, que falou em nome desta organização.



(continuação da pág. 1)

são cercados pela polícia; as prisões, só de estudantes ascendem a mais de 60.

As numerosas acções que se seguiram ao assassinato, só não foram ainda mais amplas e massivas devido à acção sionista e aventureirista de alguns grupos de pseudo-revolucionários. Ao concentrarem o seu fogo sobre os estudantes unitários, recorrendo às mais abjectas provocações, colocaram-se mais uma vez, objectivamente, ao lado do fascismo.

Um amplo movimento de solidariedade

Os estudantes do Porto e de Coimbra exprimiram imediatamente o seu protesto e a sua solidariedade aos colegas de Lisboa.

No Porto, a 17, teve lugar um meeting na Universidade seguido de uma manifestação de rua de cerca de **1.500 estudantes**. A 20 e 21, os estudantes das Faculdades de Engenharia e Ciências fazem greve geral de protesto pelo assassinato e de apoio às suas reivindicações imediatas. No Liceu Alexandre Herculano tem lugar um meeting de mais de 1.000 estudantes. Em Coimbra são feitas distribuições de comunicados, alguns dos quais à população.

As Direcções das Organizações Regionais de Lisboa, do Norte e do Sul do PCP fazem sair documentos em que denunciam o assassinato.

A 14, as organizações da UEC de Lisboa, Porto e Coimbra, publicam manifestos.

A CDE de Lisboa, o Movimento Democrático do Porto, democratas de Aveiro e de outros pontos do país, a Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos,

Manifestações de Lisboa e Porto

através de documentos publicados, abaixo-assinados e telegramas, tomam posição contra o assassinato.

Uma vez mais se manifestou a solidariedade internacional com a luta do povo português. Sabe-se já que no «**Encontro da Juventude Europeia de Solidariedade ao Vietnam**», que se desenrolou em Paris (14 e 15 de Outubro) a delegação portuguesa interveio a pedido de outras delegações e foi aprovado um telegrama dirigido a M. Caetano subscrito por 20 organizações nacionais e internacionais. Telegramas de protesto foram igualmente enviados pela FMJD, UIE, Federação da Juventude Checoslovaca, Federação da Juventude Comunista de Milão, Comité Francês pelas Liberdades Democráticas em Portugal.

O funeral de Ribeiro Santos — uma combativa manifestação contra o fascismo

Enfrentando corajosamente as forças repressivas, os estudantes e o povo de Lisboa, transformaram o funeral de Ribeiro Santos numa combativa manifestação contra o fascismo.

Nem a enorme mobilização de polícia de choque, de PSP, de PIDES (vindos inclusivé de outros pontos do país), de Legionários e cães, nem a utilização de gazes e carros de água atemorizaram os manifestantes que, em **número superior a 5.000**, se concentram no Largo de Santos o Velho, Rua de Santos o Velho, Rua de S. João da Mata e Rua das Janelas Verdes.

Quando a urna saiu aos ombros de estudantes que tentam seguir a pé para o cemitério, a polícia interveio isolando a frente do cortejo do grosso dos manifestantes e tentando substituir por policiais os jovens que transportavam a urna. Quando o consegue mete a urna no carro funerário que parte a grande velocidade.

Entretanto a polícia de choque investe brutalmente contra o

grosso dos manifestantes que atrás gritaram «**Assassinos! Assassinos!**», «**Abaixo o fascismo!**», «**Abaixo a PIDE!**», «**Abaixo a guerra colonial** e energicamente se defendem. Grandes cartazes são erguidos e distribuídos milhares de comunicados. Chovem pedras sobre as forças repressivas fascistas que recuam. Voltam a carregar agora de pistola metralhadora em punho. Numerosas polícias são feridos e vêem-se muitos ensanguentados.

Formam-se então diversos grupos com centenas de estudantes e muito povo de Lisboa que, sempre em luta tenaz com as forças repressivas, rompem caminho até ao cemitério da Ajuda. Aqui, apesar dos esforços da polícia para vedar os acessos, ainda se reúnem cerca de 3.000 pessoas e muitas centenas de outras estavam nas redondezas. As forças repressivas voltam a carregar fazendo mais feridos. A dispersão, depois de entoado o hino nacional, dá-se sob a palavra de ordem «**Ao Marquês de Pombal!**», local onde ainda afluíram várias centenas de estudantes e povo e donde irrompem novas manifestações. Uma desce a Avenida da Liberdade e é dispersa junto à Rua das Pretas. Na Duque de Loulé, próximo da embaixada americana, são disparados tiros pela força policial que a rodeava quando passam manifestantes. Pela cidade, Rato, Intendente, Conde Redondo durante o resto da tarde e o princípio da noite, grupos continuam a manifestar-se. Dois carros do Estado e uma carrinha da polícia foram destruídos.

O Governo semeia o terrorismo

O «**Avante**» de Outubro sublinhava que por todo o país alastra uma onda repressiva. O assassinato agora cometido insere-se no clima geral de repressão desencadeado pelo Governo. Nos últimos três meses foram presos mais de duas centenas de democratas e de estudantes e muitos deles submetidos à tortura até ao limi-

te das forças físicas. A polícia invadiu estabelecimentos de ensino superior (Técnico e Económicas), em Lisboa, espancou e feriu estudantes e professores, praticou destruições. Oito cooperativas foram encerradas, em Outubro, com a sua alegação de que as suas actividades culturais eram «**contrárias à ordem social**». Associações de estudantes têm sido encerradas e outras continuam fechadas. Muitos trabalhadores e dirigentes sindicais são despedidos dos seus empregos por se destacarem na defesa dos interesses das suas classes. Sucedem-se as buscas a casas de democratas, assim como as rusgas e os chamados stops. Assaltam-se livrarias e tipografias e apreendem-se ou proibem-se livros e discos. Por todo o lado o Governo procura semear o terror.

O país anseia uma mudança de regime

As potentes manifestações de rua, em Lisboa e no Porto, juntamente com as greves dos estudantes destas duas academias envolveram em conjunto dezenas de milhar de pessoas que patentearam de forma clara e inequívoca a profunda indignação popular não sómente contra o cobarde assassinato de um estudante, mas também contra a criminosa e anti-nacional política de M. Caetano. Nas manifestações realizadas as massas não gritaram apenas «**Fora a Pide**» mas também «**Abaixo a guerra colonial**» e «**Abaixo o fascismo**». Esta justa associação traduz o grande anseio do povo português por uma mudança de regime, pois, a privação das liberdades, a odiosa guerra colonial e a PIDE-DGS, fazem parte de um todo que só se resolverá com o derrubamento da camarilha fascista e a conquista das liberdades democráticas.

Zangam-se as comadres...

Um jornalinho da emigração intitulado «**Unidade Popular**» datado de Agosto de 71, anunciou que o «**partido Comunista de Portugal**» (não confundir com o PCP) tinha sido «**reconstituído**» ao realizar um congresso, em fins de 1970. É curioso reparar que este «**notável acontecimento**» só foi dado a conhecer quase um ano depois. Mas isso é um pormenor secundário... Mais recentemente, um outro jornalinho da emigração — «**O comunista**» — ao referir-se ao dito «**congresso**», promovido pela sigla CMLP (siglas são coisas fáceis de criar...), afirma textualmente: «**O golpe é audacioso, mas os problemas revolucionários não se resolvem com truques de prestidigitação; com essa medida, o CMLP provou que estava morto e bem morto...**». O mesmo jornalinho afirma numa Nota, em post-scriptum: «**Como nota humorística... ditáguemos outra vez a sigla do CMLP: foi distribuído nas livrarias de Paris, um texto francês intitulado «**comunicado de imprensa**», que diz que «**de Lisboa chegou a notícia da formação do Partido Comunista de Portugal (m-1) l...**».**

Não somos nós, mas eles, que porerem o ponto de exclamação, as reticências, e que escreveram os termos «**prestidigitado**», «**vigariado**», etc.. Eles é que se conhecem bem...

UM NOVO ESCÂNDALO?

Depois da «**bronca**» de concurso das auto-estradas e do cheque suco recebido pelo Rebocho Var, já desmascarados pelo «**Avante!**», correm insistentemente rumores de um novo escândalo.

Um outro concurso: a construção do porto de Sines. Novo tráfico de influências.

Que dois candidatos foram admitidos irregularmente (as propostas foram apresentadas sem lacre) foi tornado público pelas próprias autoridades, pelo nos jornais. Mas já é estranho que precisamente uma destas propostas tenha ficado entre as seis pré-seleccionadas.

Erão condições proferentes para o apuramento dos candidatos: a capacidade e a experiência técnica das empresas concorrentes; o potencial financeiro capaz de assegurar uma empreitada prolongada e extremamente onerosa. Ora diz-se que dos grupos pré-seleccionados um só — o de que faz parte as «**Construções Técnicas**» — estaria nestas condições. Os outros, pequenos construtores — um pato bravo de Lisboa, uma empresa italiana especializada em esgotos — figurariam apenas para dar cobertura e para se fazerem ao «**cambio financeiro**», isto é, retirar-se-ão a troco de um «**prémio**» que lhes será dado pelas «**Construções Técnicas**».

Será a desforra do grupo Borges Irmeo?

Diz-se que M. Caetano tinha outras listas nesta questão — a CUF, pois claro — mas o pessoal (da sua confiança) do gabinete «**Nona Sines**» teria declinado a benevolência ao chefe a troco das «**luvas**» do grupo Borges.

QUANTIAS RECEBIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

À memória do cam. Alberto	20.000\$00	Caraça	2.000\$00	sempre com o PCP	180\$00	Sousa (J.J.A.G)	180\$00
	20.000\$00	Cata. Euf.	735\$50	Lib. para U. Machado	1.000\$00	T. F.	2.000\$00
À me. de Gab.	Idem (E)	Idem (E)	50\$00	Manuel Pedro	2.000\$00	Um amigo do Par.(Saut)	25\$00
Pedro.	3.030\$00	Cinquent. do Partido	1.000\$00	Manuel R. da Silva	400\$00	Um amigo de G. Pedro	25\$00
Angelo	2.000\$00	De um jovem operário	120\$00	Militão	100\$00	Unidos com o Partido	1.800\$00
Veloso	1.000\$00	Dias	100\$00	Idem	200\$00	Viet. heróico	20\$00
Abalxo a g. colonial	1.000\$00	Coelho	100\$00	Oper. verme-lho	20\$00	Idem	110\$00
Albina Fernandes (F)	100\$00	Dias Lourenço	2.000\$00	Paz e progresso	25.000\$00	Viva a classe operária	300\$00
Amigo do «Avante!	50\$00	Dum foto macaco	1.000\$00	Peia luta sindical	1.000\$00	Viva a li-berdade	20\$00
Amigo verme-lho	50\$00	Filho do Povo (F)	50\$00	Pelo socialismo	700\$00	Viva o comunismo	100\$00
Amigos do Part. 91 (6)	350\$00	G.D.A. 1.030\$00	Idem (PM)	Pires Jorge (PX)	10\$00	Idem	100\$00
Autoeritica	20\$00	Gab. Pedro (M)	100\$00	Rato de biblio-teca	120\$00	Viva o PCP (50°)	1.000\$00
Idem	20\$00	Guilh. de Carvalho (F)	25\$00	Rog. de Carvalho	1.000\$00	Viva o PCP	50\$00
Avante P. Democrata	100\$00	Jorge Araújo	2.000\$00	Idem	2.000\$00	Idem (V)	200\$00
Av. Portugal democrático	25\$00	Jovens com.40.00	Sempre com o PCP	Rui Luis Gomes	120\$00	Xico (J.A.G.)	120\$00
ARA — 2° Ant. 3.500\$00	3.500\$00	Idem	2.100\$00	Serrana	14.000.00	1 de Junho	54\$00
Porto	Jovens com.	Total:	132.971\$99				

CARLOS DOMINGOS FOI PRESO

A PIDE-DGS conseguiu prender, no dia 29 de Setembro, na zona de Almada, o destacado membro do PCP, Carlos Domingos. Há muito que o bando de esbirros policiais lhe movia uma intensa perseguição. Ainda há volta de um ano, a PIDE-DGS fez transmitir na Televisão e publicar nos jornais a sua fotografia, juntamente com as de outros destacados camaradas. Esse valeroso trabalhador de Lisboa há já 13 anos que se mantinha nas primeiras filas da luta da classe operária e do povo português e muitas e muitas lutas encontraram-se associadas aos seus esforços e à sua abnegação.

Os torturadores profissionais da PIDE-DGS estão a submeter Carlos Domingos a cruéis tortu-

ras. Existem evidentes razões para recear pela sua vida. As torturas selváticas a que não há muito foram sujeitos António Gervásio, José P. Soares, H. Rufino, Araújo Pinto, J. Abel Freitas e muitos outros, são um indicativo dos processos criminosos a que estão a recorrer agora com Carlos Domingos.

Impõe-se, é urgente, que por variados meios se pressione os Ministros, os jornais, os deputados, entidades diversas, a própria PIDE-DGS, no sentido de exigir que cessem as torturas a Carlos Domingos. Que ele possa receber assistência imediata e regular dos seus familiares e advogados, que acabe a incomunicabilidade e o isolamento a que está sujeito!

LIBERTEMOS OS PRESOS SALVEMOS AS SUAS VIDAS

Além de Úrsula Machado, que foi internada de urgência no Hospital Miguel Bombarda, encontram-se com graves problemas de saúde, Manuel Pedro, Angelo Veloso, Rogério de Carvalho e outros mais. Em Peniche, encontram-se destacados membros do C.C. do P.C.P. e outros patriotas, alguns dos quais já contam 8, 10, 12, 15 ou mais anos de prisão. Tais são os casos de Dias Lourenço, José Magro, A. Gervásio, Dinis Miranda, do padre de Angola Pinto de Andrade. Vários outros há muito já cumpriram as penas a que foram condenados, como são

os casos de Jorge Araújo, Canais Rocha, Domingos Abrantes, Cabral de Matos, do patriota Moçambicano Dr. Domingos Arouca, etc..

Para frustrar os desígnios criminosos do Governo de M. Caetano de liquidar fisicamente os patriotas encarcerados urge alargar e intensificar a luta pela libertação dos presos e por uma ampla e completa Amnistia. O êxito dessa nobre luta exige a conjugação dos esforços de todos os democratas e portugueses de coração, incluindo os que se encontram radicados nos mais diversos países.



O trunfo

O ministro do Estado adjunto de M. Caetano, discursava quase tão bem como o Tomde e não muito pior que Eusábio Macário. E os seus discursos não mereciam mais, se não lhe tivesse escapado uma palavra reveladora. « Na corrida ao desenvolvimento », afirmou etc, o governo conta com um grande « trunfo ». Qual? Pois « um povo disciplinado, que sabe esforçar-se até ao sacrifício ». Trocado por milhões: Para assegurar a acumulação capitalista e o desenvolvimento, o governo conta como « trunfo » a exploração « até ao sacrifício » dos trabalhadores, procurando « discipliná-los », como é hábito, com o uso da repressão. O pior para eles é que ainda não ganharam o jogo. Os trabalhadores saberão cortar as taças.

Clandestinidadade

Com um endereço num banco sulco para pagamentos e outro em França para correspondência, apareceram algures na Europa nos últimos dois anos três números de um folheto anticomunista, com a teorização típica do radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista. O n.º 3 contém 14 páginas de ataques aos países socialistas e 28 de ataques ao PCP. Quanto ao capitalismo, ao imperialismo, à ditadura fascista, são inimigos secundários, se o são, para estes senhores.

Entre outras « teses », a do « bom uso da clandestinidade por parte dos dirigentes do PCP ». A clandestinidade seria « um instrumento facilitando o exercício do poder pela burocracia dirigente »! Um Comité Central, cujos actuais membros passaram no conjunto cerca de 250 anos nas prisões fascistas? Dirigentes assassinados pelos fascistas, a tiro, com torturas, ou em resultado deias? Homens e mulheres, entregando a vida inteira à luta revolucionária, pela emancipação dos trabalhadores e do povo do nosso país, procurados e perseguidos, arriscando cada dia a liberdade e a vida? Não, dizem os sujeitinhos. Tudo isso é o « bom uso da clandestinidade » por uma « burocracia », para assim « exercer o poder ».

Quem o afirma tem, além do mais, a autoridade que dá o ser pseudo-revolucionário, com endereço em França para correspondência e outro na Suíça para pagamentos.

Peles-vermelhas?

Há ditos que valem por si. Não são de esquecer. Assim o de Caetano num dos seus discursos: « A África não é dos pretos, como a América não é das peles-vermelhas ». De facto, a América não é. Os peles-vermelhas foram expulsos das suas terras e exterminados de tal forma que hoje deles pouco resta. É o mesmo que Caetano pretendia fazer em África? Desiludim-se os colonialistas. Os povos africanos vivem numa outra época e têm outra força. A América não é das peles-vermelhas. Mas a África será dos povos africanos.

VIETNAM

Mais acções de solidariedade!

A guerra prossegue no Vietnam.

Após ter ajustado com o governo do Vietnam do Norte o texto de um acordo de paz e a data em que o mesmo devia ser firmado, o governo de Nixon furtou-se a honrar os compromissos assumidos, inventa os mais variados pretextos para protelar a assinatura do acordo e continua a agressão criminosa.

A situação alterou-se, no entanto.

Ao negociarem um acordo de paz com o Vietnam do Norte, os imperialistas americanos reconhecem a derrota política da sua intervenção na Indochina.

Eles empenharam nesta guerragigantescos recursos humanos, um formidável arsenal bélico, todas as possibilidades da ciência e da técnica mais evoluídas. Praticam o extermínio de populações inteiras — mulheres, crianças, velhos; transformam totalmente paisagens e regiões com a explosão de toneladas de bombas; utilizam produtos tóxicos, desfolhantes, o napalm, o fóforo; atacam diques e barragens; bloqueiam portos; fazem a guerra química, a guerra meteorológica, a guerra geofísica, a guerra electrónica.

A nada disto cedeu o povo mil vezes heróico do Vietnam, os indómitos povos da Indochina.

Ao cabo de mais de dez anos de intervenção, segundo confessam os próprios imperialistas, mais de 50 por cento do território do Vietnam do Sul está em poder do Governo Revolucionário Provisório do Vietnam do Sul; cerca de 80 por cento da superfície do Camboja é dominado pelos patriotas que meres; três quartas partes do território laociano está ocupado pelo Pathet Lao.

Nos mapas do Sueste Asiático a mancha libertada do imperialismo domina e alastra, reconhecem agências noticiosas imperialistas.

A medida que a agressão imperialista contra o povo do Vietnam e outros povos da Indochina recredencia, ampliou-se e fortaleceu-se a ajuda militar, material (em todos os domínios), política e diplomática da União Soviética e de outros países socialistas.

As tentativas de bloqueio postas em prática pelos imperialistas americanos são impotentes para deter o poderoso caudal da ajuda fraterna internacionalista dos países socialistas.

A opinião pública internacional foi conquistada pelo heroísmo e a justa luta do povo do Vietnam e adere maciçamente às acções e iniciativas de solidariedade desencadeadas pelos Partidos Comunistas, outras forças progressistas e anti-imperialistas. Ela intervem resolutamente na condenação do imperialismo americano.

Nos Estados Unidos forma-se uma poderosa e activa corrente de opinião a favor da paz no Vietnam, o principal adversário de Nixon nas eleições presidenciais, homem dos monopólios também, faz desta reivindicação a questão principal da sua campanha. A

guerra no Vietnam transforma-se num motivo de radicalização das massas populares que se projecta em vários aspectos da vida americana.

É este conjunto de factores que empurra Nixon para as negociações de paz.

Os chefes de fila do imperialismo americano não podem furtar-se à acção conjugada dos desastres no teatro de operações e à pressão política que sobre eles se exerce de todos os quadrantes, mas podem tergiversar, protelar, regatear o reconhecimento da derrota.

Estão a fazê-lo utilizando argumentos puéris entre os quais sobressai o « argumento Thieu », como se alguém acreditasse que o fantoche fabricado, comandado e pago pelos americanos tivesse quaisquer poderes para se opor aos desígnios dos seus patrões.

Estão a fazê-lo ao procurarem melhorar as suas posições a coberto do clima de negociação. Prosseguem os bombardeamentos, incrementam a entrega de material bélico aos seus fantoches, continuam desta forma a política de « Vietnamização da guerra ».

O povo do Vietnam e os outros povos da Indochina que têm enfrentado com indomável coragem e com comprovado sucesso o terrível poderio do imperialismo americano, também não se deixaram surpreender pelos seus manejos e manobras. A denúncia que destes foi feita pelo governo do Vietnam do Norte, a 26 de Outubro, é exemplo de uma vigilância que nunca será lograda.

O apelo à opinião pública internacional feito, na mesma data, pelo governo do Vietnam do Norte revela o alto apreço do povo vietnamita pelas acções de solidariedade que em todo mundo se têm realizado e a importância que lhes conferem para o triunfo da sua causa.

Que se multipliquem as acções de solidariedade ao heróico povo do Vietnam! Que se multipliquem as acções de protesto contra o prosseguimento da criminosa agressão do imperialismo americano aos povos da Indochina!

Hídio Esteves foi libertado

Após mais de 8 anos de prisão, só agora, em Outubro, Hídio Esteves foi libertado. Apesar de sofrer de sérios problemas de saúde, e não obstante há muito ter cumprido a pena em que fora condenado, só foi libertado depois de ter estado sujeito durante 3 anos às celeradas « medidas de segurança ».

O caso do camarada Hídio Esteves não é um caso isolado. O Governo e a Pide-DGS mantêm nas prisões destacados patriotas que se debatem com graves problemas de saúde ou que há muito já cumpriram as penas a que foram condenados. Os desígnios criminosos da camarilha fascista visam arruinar fisicamente todos esses camaradas.



Viva o 55º aniversário da Revolução de Outubro!

As comemorações deste ano do 55º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro coincidem com outro grande acontecimento histórico: o 50º aniversário da fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A Revolução de 7 de Novembro de 1917, e a criação da URSS, em 30 de Dezembro de 1922, abriram a primeira grande brecha no sistema capitalista mundial e assestaram um profundo golpe ao imperialismo. É desde então que começa a competição entre dois mundos antagónicos, nos domínios político, económico e cultural.

A Grande Revolução de Outubro é as realizações do poder so-

viético abriram o caminho da libertação e da emancipação para muitos povos e nações, possibilitaram a criação do sistema socialista mundial. O campo socialista é o factor decisivo do desenvolvimento da sociedade humana e da luta anti-imperialista e inspira os operários que lutam contra a exploração e opressão capitalista e colonialista. Enquanto no mundo capitalista as crises económicas e monetárias se sucedem, aumentando o desemprego e a exploração das massas trabalhadoras, o nível de vida dos povos da URSS e demais países socialistas aumenta continuamente. É assim que de 1966 a 1970 a produção industrial dos países socialistas europeus membros do Conselho Interajuda Económica aumentou em 49%.

Foi a Grande Revolução de Outubro e a criação da URSS que possibilitou a aliança das três principais forças revolucionárias da época contemporânea: o sistema socialista mundial, o movimento operário internacional e o movimento de libertação anti-imperialista. A URSS constitui o principal baluarte internacional do poder operário e camponês, e de toda a humanidade progressista. O glorioso Partido de Lenine manteve-se fiel aos princípios do marxismo-leninismo e defende consequentemente a u-

nidade do movimento comunista internacional. Tal como foi sublinhado no XXIVº Congresso do PCUS, os objectivos da política exterior da União Soviética «consistem em assegurar, conjuntamente com os outros países socialistas, condições internacionais favoráveis à construção do socialismo e de comunismo; em reforçar a unidade e a coesão dos países socialistas, sua amizade e sua fraternidade; em apoiar o movimento de libertação nacional e em cooperar em todos os domínios com os jovens Estados em vias de desenvolvimento; em defender de forma constante o princípio da coexistência pacífica dos Estados com regimes sociais diferentes; em ripostar resolutamente às forças agressivas do imperialismo; em evitar a humanidade de uma nova guerra mundial».

O apoio militar, diplomático e político da URSS e outros países socialistas aos heróicos povos do Vietnam, do Laos e do Camboja; a ajuda e a cooperação com os Estados árabes progressistas contra a política agressiva de Israel; o apoio aos movimentos de libertação das colónias portuguesas; o apoio dado à luta libertadora do povo de Bengala Oriental; os tratados da URSS e da Polónia com a República Federal Alemã; o acordo sobre a cidade de Berlim; a luta pela convocação de uma Conferência de Estados à

escala de toda a Europa, visando um Tratado de Segurança e Cooperação Europeia, tudo isso testemunha a consequente política da União Soviética e de outros países socialistas.

O imperialismo e a reacção recorrem a todos os processos para confundirem os povos e tentarem minar a crescente atracção pelas ideias do Socialismo triunfante à escala internacional. O imperialismo, assim como os anti-comunistas de todos os matizes, fazem do anti-sovietismo o seu denominador comum, ao combaterem o internacionalismo proletário dos partidos marxistas-leninistas e eles visam minar a crescente influência da URSS, precisamente por ela ser a principal força do campo socialista e de toda a humanidade progressista.

Apesar das dificuldades impostas pela ditadura fascista, os homens e as mulheres progressistas do nosso país e muito especialmente a classe operária e os comunistas portugueses, não deixarão de comemorar pelas mais diversas formas o 55º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, assim como o 50º aniversário da URSS, no próximo mês de Dezembro. O «Avante» associa-se à calorosa saudação do CC do PCP, por motivo da Revolução de Outubro, que a seguir publicamos.

«Não falar na polícia dever revolucionário»

As edições «Avante» acabam de publicar um folheto intitulado: «Não falar na polícia — Dever revolucionário». Esse folheto constitui uma síntese da experiência acumulada por muitas centenas de membros do Partido e outros anti-fascistas que tiveram de enfrentar as mais variadas torturas da PIDE-DGS. Lêr, discutir e divulgar os ensinamentos e a orientação contida nesta nova publicação, é uma tarefa que se impõe a todos os comunistas e militantes revolucionários, assim como a todos os anti-fascistas.

Não falar na polícia e nada declarar sobre a actividade política de quem quer que seja, é um dever de todas as pessoas honestas e muito especialmente de todos os comunistas.

Horácio Rúfino e
Araújo Pinto

Estes dois jovens destacados militantes revolucionários, presos há alguns meses, mostraram mais uma vez que não há torturas capazes de fazer falar quando se está na firme disposição de nada dizer ao bando de torturadores-assassinos da PIDE-DGS.

O jovem Horácio Rúfino, de Vila Franca de Xira, foi sujeito à tortura do sono em dois períodos que somaram 23 dias sem dormir. O jovem Mito Araújo Pinto esteve 16 dias e meio na tortura do sono e sete dias de «estátua». Um e outro recusaram-se firmemente a fazer qualquer denúncia ou declaração. A conduta e a firmeza que tiveram ante o bando de esbirros da PIDE-DGS, são novos exemplos a juntar aos de muitos outros. Ambos são precedores da estima e solidariedade de todos os portugueses, que devem exigir a sua libertação.

SAUDAÇÃO DO CC DO PCP

Ao Comité Central
do Partido Comunista da União Soviética

Queridos camaradas:

Por motivo do 55º aniversário da grande Revolução Socialista de Outubro, o Comité Central do Partido Comunista Português, em nome de todos os membros do Partido e da classe operária de Portugal envia calorosas e fraternais saudações ao Partido Comunista da União Soviética e ao povo soviético.

Sob a direcção do partido de Lenine, a Revolução de Outubro transformou o curso da história mundial, inaugurou a época da libertação dos trabalhadores, da liquidação do imperialismo, da passagem ao socialismo, da construção da sociedade sem classes.

Todos os sucessos da classe operária, todas as grandes transformações revolucionárias do mundo contemporâneo — as revoluções socialistas que libertaram do jugo do capital um terço da humanidade, a derrocada do sistema colonial e a conquista da independência por numerosos povos e de submeios; os sucessos da classe operária nos países capitalistas — são inseparáveis da Revolução de Outubro, das realizações no domínio político, social, económico, científico e técnico do primeiro Estado de operários e camponeses, das suas vitórias históricas obtidas com sacrifícios imensos contra os exércitos hitlerianos, da sua luta constante e consequente contra o imperialismo e da sua solidariedade indefectível, ao longo de 55 anos, para com os trabalhadores e os povos de todo o mundo.

Para nós, comunistas portugueses, as repercussões da Revolução de Outubro e esse papel internacional da URSS estão presentes em toda a vida e actividade do nosso Partido, em mais de 50 anos de existência, 46 dos quais nas duras condições de clandestinidade sob a repressão fascista. A solidariedade do povo soviético para com o povo português manifesta-se dia a dia. É orgulham-nos as relações de profunda e inabalável amizade existente entre os nossos dois partidos.

O aniversário da Revolução de Outubro come-

mora-se este ano nas vésperas da data de outro acontecimento histórico resultante directo da conquista do poder pelos trabalhadores no que fora o grande império russo: o cinquentenário da criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Primeiro exemplo de um Estado socialista multinacional, constituído na base da identidade de objectivos do proletariado, da sua aliança com o campesinato, e do interesse da revolução socialista, efectivado na forma soviética do poder dos trabalhadores, a URSS não só tornou possível a emancipação e igualdade nacionais, o progresso social e o extraordinário desenvolvimento de todas as nacionalidades, como a cooperação fraternal dos povos na construção do socialismo e do comunismo. A solução da questão nacional na URSS, iluminada pelo internacionalismo proletário e pela política leninista das nacionalidades, inspira os povos de todo o mundo na luta contra o imperialismo, no caminho da emancipação nacional e social, da paz, da democracia e do socialismo.

Saudando o Partido Comunista da União Soviética e o povo soviético pelo 55º aniversário da Revolução de Outubro, saudamos todos os comunistas e todos os povos da comunidade fraternal internacional, cuja criação a Revolução de Outubro tornou possível e que, empenhada na obra grandiosa da construção do comunismo, aponta a toda a humanidade o caminho do futuro.

Viva a grande e gloriosa União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o povo soviético multinacional e o seu dirigente e guia, o Partido Comunista da União Soviética!

Viva a amizade e solidariedade recíprocas entre os comunistas e os trabalhadores e os povos de todo o mundo e o grande país dos soviets!

Viva a amizade inquebrantável entre o PCUS e o PCP, entre o povo soviético e o povo português!

Viva a unidade do movimento comunista na base do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário!

O Comité Central
do Partido Comunista Português